



Bunkyo Empresarial

Editado pela Comissão de Relações Empresariais

Nº 7 abril 2017

APRESENTAÇÃO

O Boletim Empresarial na edição Nº 7 apresenta a entrevista do Dr. Roberto Rodrigues e cinco textos. O primeiro texto “Notas Diversas” trata de informativo sintético atual referente aos negócios das empresas japonesas. O segundo “Sobre Reforma Previdenciária” mostra a situação atual e a necessidade da reforma; o terceiro texto “Concorrência e a Sobrevivência das Empresas” apresenta o que é necessário para sobreviver e se destacar no concorrido mercado atual; o quarto texto “Alumínio na Amazônia, um empreendimento ousado” relata o projeto da implantação da produção alumina e alumínio e o quinto “O Termômetro Polonês” aborda o tema de coesão democrática europeu.

SUMÁRIO

ENTREVISTA - entre os Ministros de Estado, nos últimos 50 anos, Professor Delfim Netto, Dr. Shigeaki Ueki e Dr. Roberto Rodrigues são os mais conhecidos e respeitados no Japão resultados dos seus esforços para desenvolver profícuas e duradouras relações econômicas com aquele país. O professor Delfim e Dr. Roberto são muito conhecidos na comunidade nikkei no Brasil devido ao convívio desde os tempos de estudantes com descendentes de imigrantes japoneses. Bunkyo Empresarial já teve a grata satisfação de entrevistar o Prof. Delfim Netto, cujo texto foi publicado em janeiro de 2016, Boletim Empresarial Nº 2. Nesta oportunidade conversamos com o Ministro Roberto Rodrigues. Oportunamente pretendemos entrevistar Dr. Shigeaki Ueki..... **2**

ARTIGOS **5**

1. Notas Diversas - são oito notícias atuais das empresas japonesas: gerência feminina, ainda raridade no Japão de Akihiro Ikeda e os demais de Paulo Hirai: a crise da Toshiba faz repassar a cultura corporativa no Japão; Toyota reduz o nº de posições de topo para acelerar a tomada de decisões; Toshiba vende a unidade e leasing médico para Canon; Fujitsu vai construir “Deep learning system” de Riken; corrida para carros se tornarem “telefones móveis sobre rodas”; para brisa de carro usado como “display” e Japão acelera o desenvolvimento da energia eólica..... **5**

2. Sobre a Reforma Previdenciária - o texto da Patrícia Stefani relata a situação atual do Sistema Previdenciário no Brasil e a razão da necessidade em realizar a sua reforma. Aponta as diferenças da previdência nos outros países e aborda as dificuldades para realizar a reforma previdenciária. O tema é hoje de interesse e preocupação da população brasileira..... **7**

3. A Concorrência e a Sobrevivência das Empresas - Paulo Hirai relata o papel da concorrência para melhorar e se destacar na conquista de novos mercados. E que o processo da inovação é fundamental para sobrevivência e crescimento das empresas **14**

4. Alumínio na Amazônia, um empreendimento ousado - matéria de autoria de Akihiro Ikeda descreve o audacioso projeto da implantação do maior complexo integrado da produção de alumina e alumínio do mundo próximo à cidade de Belém no Estado do Pará. O projeto visou integrar as minas de bauxita da região

do Rio Trombetas, na região Amazônica a um complexo industrial de produção de alumina e alumínio. Este projeto implicou inclusive na construção da hidrelétrica de Tucuruí e de diferentes obras de infraestrutura. Os primeiros contatos ocorreram no ano de 1973 e somente no ano de 1985 foi inaugurada a fábrica de alumínio e em 1995 a fábrica de alumina 16

5. O Termômetro Polônês - segundo a autora do texto Rejane de Fátima Araújo “o presente texto argumenta que a Polônia pode ser tomada como termômetro das tensões que vem enfrentando o projeto de coesão democrática europeu” 25



ENTREVISTA

Entrevista do Dr. Roberto Rodrigues

1 - O senhor teve contatos desde a juventude com imigrantes japoneses e seus descendentes?

RR- Sempre tive uma grande admiração pelo povo japonês, sua cultura, sua história e suas artes. Tendo nascido e crescido no interior paulista e vivido todo o tempo no setor rural, essa admiração tinha toda razão de ser, dada a enorme contribuição dos imigrantes japoneses para a agricultura brasileira. Esse sentimento se acentuou quando fiz o Curso de Engenharia Agrônômica na Escola Superior de Agricultura "Luis de Queiroz", da USP, em Piracicaba/SP. Lá tive muitos colegas e contemporâneos nisseis que se tornaram grandes amigos, cuja amizade me orgulha e me honra, e que segue ainda hoje, mais de 55 anos depois. Eles me ensinaram muito sobre a história de seus ancestrais e, sobretudo, mostraram como seu modo de ser - com respeito pelos mais velhos e com muito cuidado e avaliação criteriosa antes de tomar decisões fundamentais -, é importante no acerto dos caminhos a seguir. Naquele período firmei sólida amizade com dois estudantes que estavam 2 anos à minha frente, Isidoro Yamanaka (que seria mais tarde meu padrinho de casamento) e Irineu Koyama, bem como alguns dos muitos nisseis que eram colegas de Turma, entre os quais destacaria Toyoshiko Kashima, Takuo Hashizume, Tomomassa Matuo, Tutomu Honda e Yoshio Kamizono, entre outros. Nosso período na Faculdade teve incidentes políticos históricos como a renúncia do presidente Jânio Quadros e toda a turbulência que se seguiu até desaguar na chamada Revolução Militar de abril de 1964. A vida acadêmica foi então sacudida por radicalismo ideológico que culminou com a intervenção no Centro Acadêmico, e tudo isso foi uma grande escola de vida durante a qual muito aprendi com esses colegas referidos.

2 - E depois da vida acadêmica?

RR- Depois de formado e já atuando profissionalmente na agricultura e no movimento cooperativista brasileiro, recebi também grande influência de alguns líderes que foram verdadeiros professores dessa doutrina. A maioria deles tinha atividade na Cooperativa Central Agrícola de Cotia, e Américo Utumi foi o mais importante, inclusive porque, enquanto presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo organizou uma Comissão para a Constituição de Cooperativas de Crédito Rural no Estado e me designou seu presidente. Isso me permitiu conhecer bem toda a agropecuária paulista e me deu projeção nacional no cooperativismo de crédito, que se somou à atividade que já exercia como presidente da Cooperativa dos Produtores de Cana de Guariba, onde havia fundado e também presidia uma cooperativa de crédito. Nessa época conheci um grande cientista, Shiro Miyasaka, funcionário do IAC – Instituto Agrônomo de Campinas - que vinha introduzindo a soja no agro brasileiro. Além de Utumi, outros líderes orientais me

ensinaram muito sobre o movimento, como Gervasio Inoue, presidente da CCAC e seu diretor Minoru Takano. Lá também militavam profissionalmente meus contemporâneos Isidoro e Irineu, já citados.

3- O senhor teve realmente uma trajetória relevante no cooperativismo brasileiro. Como foi isso?

RR- Como professor de Cooperativismo da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP, em Jaboticabal tive vários alunos de 2ª e 3ª geração de importantes japoneses. Um dos mais notáveis foi Shiro Nishimura, filho do famoso Shunji Nishimura, fundador da Jacto. Shiro se tornou um grande líder do agronegócio brasileiro. Quando assumi a presidência da Organização das Cooperativas Brasileiras, em 1985, o apoio dos nisseis e nikkeis foi fundamental para o êxito obtido nos dois mandatos, quando conseguimos inserir na nova Constituição Brasileira de 1988 cerca de 5 artigos em apoio ao cooperativismo do país. Nesse tempo da OCB também realizei minha primeira viagem ao Japão, a convite da JICA. Além de um Curso sobre cooperativismo em Tóquio, fomos levados a conhecer um pouco da história e das artes japonesas através de visita a Kyoto, bem como a assistir aos avanços do agro em Hokkaido. Esta viagem, para a qual contei com orientação do amigo Isidoro, reforçou ainda mais minha admiração pelo povo japonês, e compreendi com clareza a enorme importância que ele teve na modernização da agropecuária brasileira.

4- Como percebeu isso?

RR- Até então já sabia dessa importância desde a primeira imigração no começo do século XX. Nessa época, dois temas foram essenciais: a introdução no Brasil do cultivo intensivo de hortifrutigranjeiros que deu origem ao cinturão verde das grandes cidades brasileiras e também o cooperativismo, seja pelo exemplo da Cotia, seja pelo belo trabalho da Cooperativa Central Sul Brasil. E tomei conhecimento mais realista da abertura do cerrado brasileiro através do Programa Prodecer, extraordinário projeto binacional pelo qual os produtores brasileiros e japoneses abriram aquela que era uma fronteira praticamente desconhecida e que hoje é o grande produtor nacional de cereais, carnes e madeira de florestas plantadas, que contribui com as exportações de alimentos e fibras para todo o mundo depois de abastecer os consumidores daqui. Aliás, na presidência do Conselho da CAMPO, binacional que organizou o Prodecer, tive a chance de me relacionar com os representantes do lado japonês, com um diálogo sempre produtivo.

5- E como foi a experiência pós OCB Organização das Cooperativas Brasileiras?

RR- Ainda na presidência da OCB tive oportunidade de desenvolver o projeto de uma trading de cooperativas tendo em vista a exportação de soja e mais tarde de café. Ireneu Koyama formulou o projeto, tendo visitado cooperativas sojeiras no país todo, e me ajudou a constituir a empresa, que se chamou Eximcoop da qual fui presidente e ele o diretor superintendente. Em poucos anos a Eximcoop se tornou a maior exportadora brasileira de soja. Mas tive que deixar a presidência da empresa para assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e a diretoria que me sucedeu decidiu vender a trading para uma concorrente, encerrando as atividades. Koyama também foi Diretor Executivo da Sociedade Rural Brasileira quando assumi a presidência da entidade em 1993, tendo falecido no exercício da sua missão. Já Yamanaka, que havia orientado meu pai Antonio José Rodrigues Filho quando esse era vice-governador de São Paulo e presidente da OCESP em visitas ao Japão, foi sempre meu guia nas diferentes viagens que fiz àquele País, tendo me assessorado durante o período em que estive no Ministério da Agricultura e ainda hoje, em minhas funções no Wise Men Group ou no Conselho Consultivo da Japan House.

6- Fora do cooperativismo e da agricultura, qual foi seu relacionamento com descendentes de japoneses?

RR- Conheci gente extraordinária, entre os quais grandes políticos nisseis: Shigeaki Ueki, presidiu a Petrobras e foi ministro de Minas e Energia; Fábio Yassuda foi ministro da Indústria e Comércio, e Juniti Sato foi ministro da Aeronáutica. Também trabalhei ao lado de parlamentares brilhantes, como Junji Abe, Antonio Ueno, Paulo Kobayashi e Diogo Nomura. Outro grande deputado federal, Maçao Tadano, foi depois meu Chefe de Gabinete quando ministro da Agricultura. E tive o privilégio de conviver com a grande

empreendedora do setor de Turismo, Chieko Aoki, além do conceituado desembargador Kazuo Watanabe. Naturalmente tomei conhecimento de artistas maravilhosos que muito admiro como Manabu

Mabe, Tomie Ohtake e seus filhos, além da cineasta Tizuka Yamasaki. E ainda trabalhei com o falecido embaixador Edmundo Fujita, tendo participado de inúmeros eventos sob a disciplinada orientação do professor Masato Ninomiya. Na área acadêmica estive sempre por perto de técnicos competentes como Akihiro Ikeda, Paulo Yokota e o colega agrônomo Guenji Yamazoe. Enfim, mesmo correndo o óbvio risco de esquecer nomes igualmente representativos, todas as pessoas aqui citadas tiveram importância na minha trajetória profissional.

7- Em sua passagem pelo Ministério da Agricultura teve ligação com o Japão?

RR- Quando ministro da Agricultura, tive a ambição de abrir o mercado japonês e o asiático para o etanol brasileiro. Fiz então algumas viagens ao Japão, inclusive acompanhando o Presidente da República, bem como recebi vários ministros japoneses para tratar do assunto no Brasil. Entre as visitas mais notáveis, resalto 3: a primeira foi do ministro da Agricultura, Sr. Shoichi Nakagawa, que esteve inclusive em nossa propriedade rural para conhecer a agropecuária brasileira mais de perto. Levei-o também para conhecer uma Usina de Açúcar e Álcool e a Cooperativa de Guariba. Impressionado com o que viu, e de volta ao Japão, Nakagawa relatou ao então chanceler Taro Aso a sua visita. Logo em seguida, Taro Aso teve uma viagem de trabalho ao Brasil, quando teria um dia livre. Pois solicitou que esse dia fosse preenchido com a mesma visita realizada por Nakagawa e o levei à fazenda e à Usina. Poucos meses depois, Isidoro Yamanaka ficou sabendo por intermédio de um seu colega de juventude que era primo do primeiro - ministro Junichiro Koizumi, que este passaria um dia livre em São Paulo para uma visita oficial curta ao Brasil. Conseguimos, em comum acordo com o Itamaraty e com apoio do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (que nos cedeu as aeronaves para a viagem) levar Koizumi para conhecer a Usina São Martinho, maior produtora de álcool do Brasil. Lá ele se convenceu da importância do etanol, o que deu origem à formação de um GT para estudar o tema. Nesta viagem, sobrevoamos de helicóptero uma das primeiras colonizações japonesas no Brasil, em Guataporã, onde velhos colonos acenavam com bandeirinhas para o primeiro - ministro. Este então pediu para aterrissarmos, o que foi feito. Já no solo, foi cercado e abraçado pelos velhinhos, enchendo os olhos de lágrimas de emoção.

No dia seguinte Koizumi voltou a se emocionar ao relatar esse fato à imprensa japonesa. Como resultado dessa visita histórica, conseguimos, depois de mais de 20 anos de insistência, a abertura do mercado nipônico para as mangas brasileiras. Outra consequência dessa viagem foi a criação, inspirada por Lula e Koizumi, mas também por sugestão do Sr. Eliezer Batista, grande amigo do Japão, do Wise Men Group, um grupo de 5 líderes japoneses e 5 brasileiros, com o objetivo de melhorar as relações comerciais, científicas, culturais e técnicas entre os 2 países. Os trabalhos dessa equipe seguem até hoje, com expressivos resultados. O Brasil sempre será um importante supridor de alimentos para o Japão.

8- São interessantes lembranças. Mas atualmente, o senhor continua a ter relacionamento com japoneses?

RR- Mais recentemente, o governo japonês decidiu instalar em três cidades no mundo - Londres, Los Angeles e São Paulo, um novo movimento institucional chamado de Japan House, com o objetivo de mostrar aos cidadãos europeus, americanos e sul-americanos, o Japão real, sua cultura, suas tradições, sua arte, sua culinária, sua história. E tive o privilégio de ser convidado pelo Cônsul Japonês em São Paulo, Sr Takahiro Nakamae, para participar do Conselho Consultivo dessa nova instituição. Em breve a Japan House estará funcionando nesta cidade. Nesse Conselho continuo aprendendo muito sobre o grande país asiático.

Também no Wise Men Group tenho a oportunidade de, todos os anos, reunir-me com extraordinários líderes empresariais japoneses, responsáveis pelo desenvolvimento daquele país, sobretudo na área industrial. E estes trabalhos permitiram uma boa aproximação com Takao Omae, um ativo dirigente da

Mitsui, que tem preparado e coordenado as reuniões, seja no Brasil, seja no Japão. Também importantes membros do governo participam de nossas reuniões, inclusive o atual Primeiro Ministro Abe.

9- Gostaria de fazer mais algum comentário?

RR- Pretendo assim deixar claro que minhas relações pessoais com o povo japonês vêm de mais de meio século e continuam muito alentadas. Recebo frequentemente em meu escritório na Fundação Getúlio Vargas a visita de empresários japoneses (da Mitsui, do Sumitomo, da Toyota, da Mitsubishi, Marubeni, Jica, Jadeco, das cooperativas de lá, entre outras), seus embaixadores no Brasil, bem como dos embaixadores brasileiros que irão servir no Japão. No cooperativismo sigo ouvindo Américo Utumi que também foi meu vice-presidente quando presidi a Eximcoop e chefe de meu gabinete no Brasil quando fui presidente da Aliança Cooperativa Internacional, cuja sede era em Genebra. Quando deixei a ACI, Américo foi eleito para o seu Conselho para representar o Brasil. Vale lembrar que meu vice-presidente para a Ásia na ACI era o presidente da Zen-noh.

Atualmente coordeno o Centro de Agronegócios da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas que é comandada por um admirável homem público, o economista Yoshiaki Nakano, que foi secretário da fazenda do Governo de São Paulo e também secretário geral do Ministério da Fazenda durante o Governo Sarney.

Em toda a minha vida, felizmente, estive sempre por perto de notáveis descendentes de bravos japoneses que vieram ajudar e continuam ajudando meu país a se desenvolver.



ARTIGOS

1. Notas Diversas

1. Gerência feminina, uma raridade no Japão

Japan Times noticia que Maiko Kuroda, uma dona de casa até há poucos anos, teve que assumir a Presidência da Toyoko Inn Co. Sucedeu o pai que se demitiu da empresa por questões de escândalo relacionado a material de construção. É uma cadeia que conta com 270 hotéis no Japão, tipo “business”, que não oferece serviços, mas têm preços convidativos, inferiores a 100 dólares americanos. A novidade é que quase a totalidade dessas unidades (97%) é gerenciada por mulheres.

A Toyoko está concluindo, com abertura prevista para este ano, um hotel na Alemanha e outro na França. Está em negociação para construção em Nova Iorque daquele que seria o maior da rede, com mais de 1.000 apartamentos. Todos na categoria “business”. Na Coreia a experiência tem sido positiva, mas negativa na Cambodia.

2. A crise da Toshiba faz repensar a cultura corporativa do Japão

Os problemas revelados na crise da Toshiba são os mais recentes de uma série de escândalos empresariais que destacam o cerne da cultura corporativa do Japão: a lealdade inabalável dos funcionários à empresa o que, segundo estudiosos, pode levar a um desastre.

Em outros países ocorrem erros e fracassos de governança corporativa e em muitos casos são motivados por ganância pessoal, interesse próprio de algum tipo.

No Japão isso ocorre muito raramente. Com frequência o fracasso ocorre quando as pessoas pensam que estão atuando no melhor interesse da empresa: por uma lealdade equivocada. A estrutura do Japão corporativo ainda coloca a reputação de uma empresa acima de tudo, o que às vezes leva a esconder fatos, atrasar anúncios ou tentar atender as exigências impossíveis de um superior.

O sistema de emprego vitalício pode levar a uma falta de prestação de contas sobre o desempenho, o que é diretamente contrário às reformas que o governo está tentando implementar. E essas reformas terão dificuldade de funcionar até que a mentalidade sobre o sistema de trabalho mude nas empresas japonesas.

3. Toyota reduz o número de posições de topo para acelerar a tomada de decisões

A Toyota Motor Corporation reduziu seu número de posições de direção para acelerar a tomada de decisão, trabalhando em direção a uma estrutura executiva mais enxuta para competir melhor em uma indústria em rápida mudança. A Toyota espera acelerar a tomada de decisões para recuperar a liderança em uma indústria cada vez mais focada em novas tecnologias, incluindo a condução automatizada e unidades de baixa emissão de energia.

4. Toshiba vende unidade de leasing médico para Canon

A Toshiba está vendendo sua participação de 65% na Toshiba Medical Finance para a Canon, fabricante de câmeras japonesas, a partir de 31 de março 2017.

5. Fujitsu vai construir "Deep learning system" da RIKEN

A Fujitsu desenvolverá o "Deep Learning System" da RIKEN, que em termos de operações será um dos supercomputadores de maior porte no Japão, especializado em pesquisa de IA-Inteligência Artificial.

6. Corrida para carros se tornarem "telefones móveis sobre rodas"

O carro do futuro permitirá que você pague a gasolina ou o estacionamento sem sair de seu veículo e receba alertas de trânsito e recomendações de restaurantes de seu assistente digital de bordo.

Os carros conectados - ou "telefones móveis sobre rodas" - serão capazes de fazer essas coisas e muito mais, incluindo comunicarem-se uns com os outros na estrada e com a infraestrutura em torno deles através de suas redes de computadores.

E eles, obviamente, serão capazes de auto-dirigirem.

7. Para-brisa de carro usado como "display"

Sekisui Chemical Co Ltd desenvolveu um para-brisa usando a tecnologia "light-emitting interlayer". Ao contrário dos displays que projetam imagens em um para-brisa, pode projetar a informação em todo o para-brisa como também em janelas laterais e traseiras e teto solar. A Sekisui Chemical espera que essa tecnologia seja empregada em aplicações tais como paradas de ônibus e em aplicações automotivas.

8. Japão acelera o desenvolvimento de energia eólica

A instalação no Japão de nova capacidade de energia eólica projetada para 2016-17 deverá chegar a quase o dobro dos 12 meses anteriores impulsionada por tarifas mais elevadas garantidas pelo Governo e um número crescente de parques eólicos no mar.

O Japão deverá adicionar 300 megawatts de energia eólica - o suficiente para alimentar mais de 100 mil casas médias - nos 12 meses até março, segundo a Associação de Energia Eólica do Japão em um estudo divulgado recentemente. Cerca de 157 megawatts de energia eólica foram instalados no ano anterior.



2. Sobre a Reforma Previdenciária

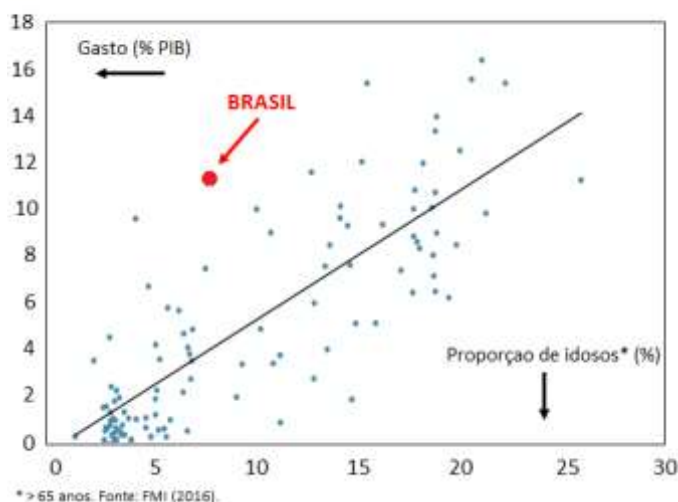
() Patricia Stefani*

O objetivo desse artigo é elucidar a urgência da reforma da Previdência brasileira, apontando algumas de suas principais inadequações em relação ao que ocorre em outros países e sua trajetória insustentável, respondendo, também, algumas das objeções comumente levantadas pelos que são contrários à reforma¹. Por fim, discute-se o que a dinâmica insustentável da previdência, na ausência de reformas, pode representar para o equilíbrio macroeconômico do país.

A generosidade da previdência brasileira

O gráfico abaixo tem sido muito utilizado para ilustrar o quão destoante é o volume de recursos que o Brasil direciona à Previdência, tanto em relação à proporção de idosos na população, quanto em comparação a outros países. Dada a sua estrutura demográfica, o país, que hoje gasta cerca de 12% do PIB, deveria ter uma despesa próxima a 4%. O nível atual das despesas previdenciárias brasileira é compatível com a de um país com proporção de idosos de cerca de 25% da população.

Gráfico 1: Gasto com Previdência (%PIB) e Proporção de Idosos na População (%)



¹ Trataremos apenas das questões mais gerais. Para uma discussão mais detalhada e completa, referimos os interessados aos artigos indicados ao final do texto.

Só o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) representa um gasto de quase 8% PIB, nível de gasto similar à média dos países da OECD, 7,9%. A diferença é que, no Brasil, a proporção de idosos (> 65 anos) é de 8% e, na OECD, esse número é de 16,2%.

Segundo os dados do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017, esse valor deve superar 17% em 2050. Se levarmos em conta o sistema previdenciário como um todo (público, privado e benefícios sociais), estima-se que esse gasto se aproximará de 30%. Não há nenhum país no mundo com esse nível de dispêndio, muito menos entre os emergentes. A tabela abaixo traz alguns outros indicadores que ilustram o despropósito dos parâmetros atuais do sistema previdenciário brasileiro.

Tabela 1. Alguns Parâmetros da Previdência (2015)

Gasto (% PIB)	
Brasil	11,3
Média países avançados	8,7
Média países emergentes	5,0
Gasto médio por pensionista (% PIB per pop, 15-64)	
Brasil	105%
Média países avançados	32%
Média países emergentes	57%
Cobertura (pensionistas em % pop. com idade > 65)	
Brasil	93%
Média países avançados	106%
Média países emergentes	77%
Razão de dependência (pop. + 65/pop. 15-64)	
Brasil	12
Média países avançados	26
Média países emergentes	11

Fonte: FMI (2016)

Adicionalmente, o Brasil possui uma alta taxa de reposição (porcentagem da renda repostada pela aposentadoria) relativamente a outros países. Segundo os dados do último *"Pensions at a Glance"* da OECD, a taxa de reposição no Brasil é significativamente mais alta para os menores benefícios (aposentadoria por idade, urbana e rural) por conta da vinculação ao salário mínimo². No caso dos maiores benefícios, a taxa de reposição é similar às demais, com diferenças significativas ocorrendo na idade da aposentadoria, pela existência de idade mínima. Porém, se levarmos em conta a regra 85/95 aprovada em 2015³, sem o fator previdenciário, então a reposição pode atingir 100%.

²Dos 42 países analisados pela OECD, a taxa de reposição dos menores benefícios no Brasil só é inferior a da Dinamarca. Em que pese a ideia de proteção social, existem políticas mais focalizadas e eficientes para se combater a pobreza.

³A regra 85/95 é uma alternativa ao fator previdenciário. Quem se enquadra nessa regra para se aposentar tem direito a receber a aposentadoria integral, sem precisar do fator previdenciário. Os números 85 (para as mulheres) e 95 (para os homens) representam a soma da idade da pessoa e do tempo de contribuição dela para o INSS.

Tabela 2. Taxas de Reposição (%)

	Média	Menores benefícios	Maiores benefícios
Argentina	72	85	67
Chile	31	38	31
África do Sul	11	21	7
Alemanha	38	38	38
Arábia Saudita	60	60	60
Austrália	43	78	31
Canadá	37	50	25
Coreia	39	59	29
EUA	35	45	29
França	55	57	48
Índia	94	94	94
Indonésia	12	12	12
Itália	70	70	70
Japão	35	49	31
México	25	35	23
Reino Unido	35	44	29
Rússia	70	70	70
Turquia	76	76	76
Brasil - fator previdenciário	61	98	58
Brasil - fórmula 85/95	100	N/A	100

Fonte: Nery (2016b)

Por fim, há a questão da transição demográfica acelerada. Os gastos com previdência têm sido crescentes e, na ausência de alterações no sistema, o fim do bônus demográfico pressionará ainda mais essa conta. Com a redução (e estabilização) do crescimento populacional e com o aumento da expectativa de vida, o envelhecimento populacional implica uma razão de dependência (proporção da população em idade ativa em relação à de idosos) em declínio, ou seja, haverá cada vez mais idosos recebendo benefícios – e por mais tempo – frente uma redução de pessoas em idade ativa no mercado de trabalho.

Esse processo tem sido particularmente rápido nos países em desenvolvimento. Enquanto a Europa levou cinquenta anos (1950-2000) para a proporção de sua população com mais de 60 anos passar de cerca de 11% para 20%, as projeções para os países da América Latina é de que isso ocorra em apenas vinte e cinco anos (2015-2040). No caso do Brasil, segundo as projeções do IBGE, o país deve atingir esse patamar em 2033.

A previdência é superavitária?

Como bem explicou o especialista em Previdência, Fabio Giambiagi, em artigo recente, a noção de que a o sistema previdenciário brasileiro seria superavitário é apenas uma retórica vazia para fortalecer a resistência de grupos contrários à reforma, ou por ideologia, ou por desconhecimento.

Em meados dos anos 90, as receitas oriundas das contribuições ao INSS eram praticamente idênticas às despesas com o pagamento de benefícios, havendo, portanto, um equilíbrio de caixa. Desde então, há um desequilíbrio crescente entre as duas contas, com estimativas para 2016 em torno de 5,7% do PIB para a arrecadação e 8,1% do PIB para os gastos com pagamento de benefícios, resultando, portanto, em um déficit de quase 2,5% do PIB.

Há dois “argumentos” comumente utilizados para afirmar que a conta da previdência é superavitária. O primeiro alega que, se desconsiderarmos o déficit da previdência rural, a previdência urbana é superavitária. Dito de outro modo, se o grupo que contribui menos fosse excluído da conta, a previdência urbana é superavitária e não seriam necessárias alterações no sistema. Em primeiro lugar, ainda que haja problemas com o formato do sistema de previdência rural, o dispêndio não desaparece, pois o gasto será contabilizado como benefício social, por exemplo, em outra conta. Em segundo lugar, a previdência urbana também era

deficitária até 2009, tendo passado apenas por um breve período superavitário entre 2009-2015, por conta da maciça formalização ocorrida no mercado de trabalho brasileiro nesse período, o que aumentou as receitas. Com o fim desse movimento, a tendência de déficit foi retomada e essa trajetória não deve ser revertida a menos de uma profunda reforma no sistema.

O segundo argumento afirma que, se forem incorporadas algumas rubricas tributárias que hoje são arrecadadas pelo Tesouro e/ou se o Tesouro assumir parte das despesas previdenciárias, ou se a União cobrasse as dívidas ativas, ou combatesse a sonegação de impostos, então seria possível eliminar o déficit. Assim, o problema do déficit poderia ser resolvido contabilmente, rearranjando as rubricas da Previdência e do Tesouro Nacional, ou monetizando o déficit, sem que houvesse qualquer implicação para o equilíbrio macroeconômico do país.

O ponto é que, qualquer que seja a fonte de receita extraordinária listada anteriormente, o envelhecimento populacional e a dinâmica da razão de dependência não se altera, de modo que as reformas continuam sendo necessárias para que a trajetória insustentável desse gasto ao longo do tempo seja revertida.

Instituir a idade mínima diminuirá a chance dos indivíduos se aposentarem e prejudicará os mais pobres?

A falácia do “trabalhar até morrer”: alega-se que, se o governo for bem sucedido em aprovar a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, será muito difícil se aposentar, já que a expectativa de vida ao nascer do brasileiro é de 75,5 anos. O argumento é falacioso, já que o que importa é a expectativa de vida condicional, ou seja, a expectativa de sobrevida dos indivíduos quando atingem certa idade.

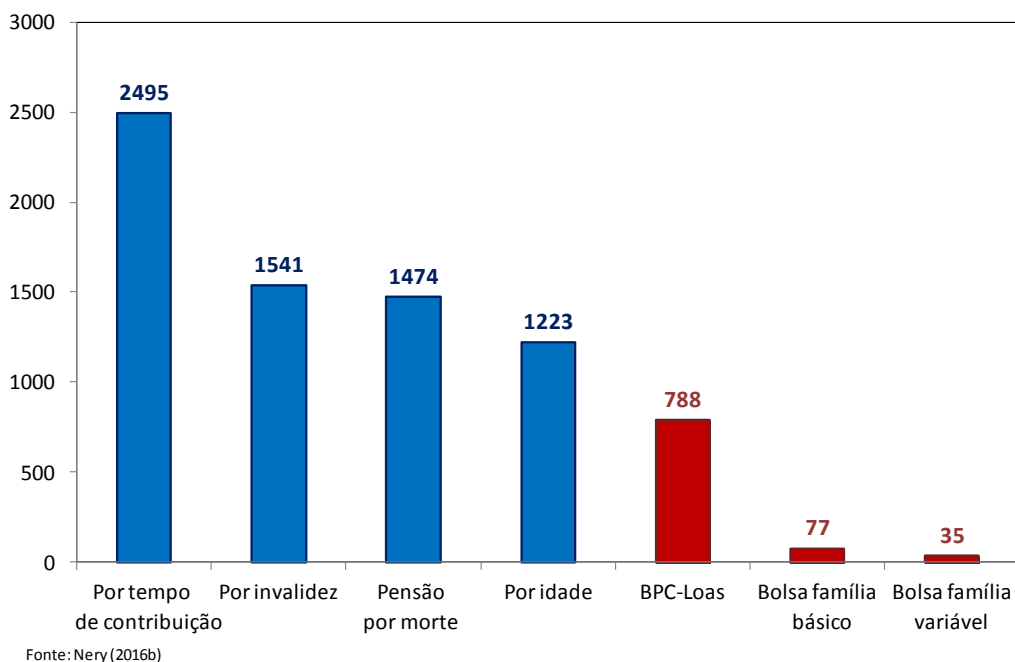
A idade média em que o brasileiro se aposenta é de 54 anos, sendo 55 para os homens e 52 para as mulheres. De acordo com a última tábua de mortalidade do IBGE, a expectativa de vida condicional a essas idades é, respectivamente, de 79 e 82 anos. Logo, são 24 e 30 anos, respectivamente, recebendo o benefício.

Tampouco se sustenta o argumento que afirma que a introdução da idade mínima prejudicará os mais pobres, cujo ingresso no mercado de trabalho ocorre, em média, mais cedo. Em geral, esse grupo da população já se aposenta pela idade mínima e não por tempo de contribuição, já que não costumam participar do mercado de trabalho formal por longos períodos. Logo, para os mais pobres, a idade mínima já existe na prática, havendo também a opção de acessar, dada a elegibilidade, o Benefício de Prestação Continuado da Loas.

Segundo os dados disponíveis⁴, do universo das pessoas que se aposentam por tempo de contribuição, 63% dos que se aposentam precocemente estão nos quatro décimos mais altos da distribuição de renda domiciliar per capita (40% mais ricos). Como o benefício médio das aposentadorias por tempo de contribuição (sem idade mínima) é muito superior ao da aposentadoria por idade mínima, segue que o aumento das aposentadorias por tempo de contribuição tal como ela é hoje contribui para aumentar a desigualdade de renda.

⁴ Caetano et al (2016).

Gráfico 2: Valor Médio dos Benefícios Previdenciários (em azul) e Assistenciais (em vermelho) - R\$ de 2015



Assim, a instituição da idade mínima para quem se aposenta por tempo de contribuição tende a afetar, no futuro, aqueles com maior inserção formal no mercado de trabalho e de renda mais alta.

Além disso, cabe apontar que o Brasil é um dos poucos países do mundo onde não há idade mínima para aposentadorias por tempo de contribuição. Aliás, num universo de 177 países, apenas 13 (incluindo o Brasil) oferecem a possibilidade de se aposentar por tempo de contribuição. Destes, cinco exigem que o indivíduo abandone o mercado de trabalho ou impõem restrições ao acúmulo de benefícios, e doze possuem regras que reduzem/podem reduzir o valor dos benefícios. Na América Latina, o único outro país que oferece aposentadoria por tempo de contribuição é o Equador e, mesmo assim, esta é um caso particular da aposentadoria antecipada e exige tempo de contribuição maior ou igual a 40 anos para que não haja redução do benefício⁵.

A desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo prejudicaria os mais pobres?

O salário mínimo indexa mais de 60% dos benefícios e mais de 40% dos gastos com Seguridade no Brasil. Os dados⁶ indicam que pouco mais de 60% dos aposentados e pensionistas com rendimento igual a um salário mínimo estão entre os 60% mais ricos da população. Se olharmos para o universo dos 20% mais pobres, apenas 5% se enquadrariam nessa situação. Ou seja, a regra que vincula o piso da assistência social (Benefício de Prestação Continuada) e o da Previdência Social tem um grande impacto sobre as contas da previdência, mas pouco impacto em termos de benefícios aos mais pobres. O fim da vinculação liberaria recursos para serem usados no combate à pobreza através de instrumentos mais eficazes.

⁵Caetano et al (2016).

⁶Nery (2016b).

Tabela 3. Distribuição dos pensionistas c/ rendimento igual a 1 salário mínimo, por décimo da distribuição de renda per capita*

Decis de renda	(%)
Primeiro	1,0
Segundo	4,0
Terceiro	8,8
Quarto	9,2
Quinto	8,8
Sexto	29,6
Sétimo	11,8
Oitavo	11,3
Nono	11,3
Décimo	4,2
<i>Total</i>	<i>100,0</i>
Mais Pobres	
20% mais pobres	5,0
30% mais pobres	13,8
40% mais pobres	23,0
Mais Ricos	
20% mais ricos	15,5
30% mais ricos	26,8
40% mais ricos	38,6

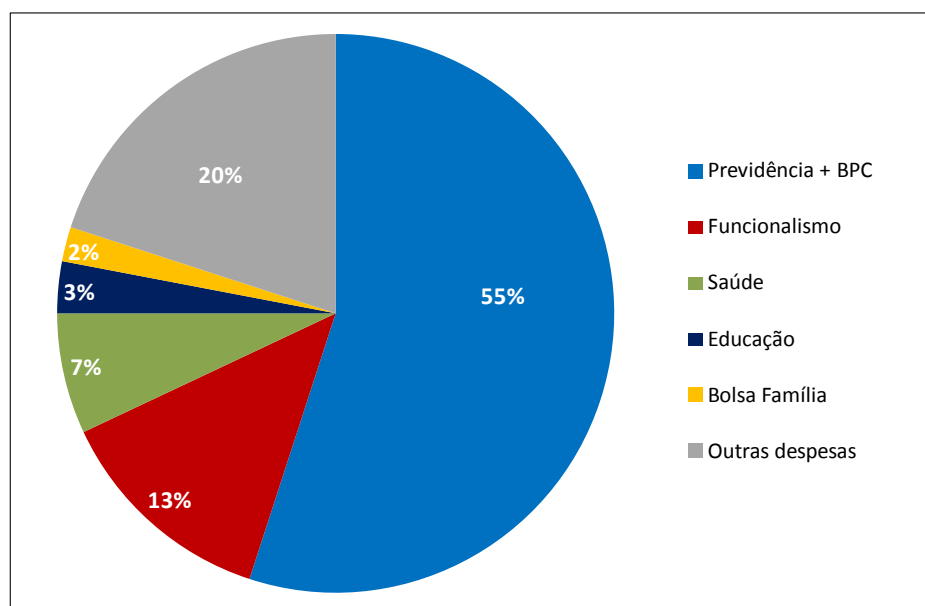
* renda domiciliar per capita

Fonte: Tafner (2015)

Implicações macroeconômicas do problema da previdência

De acordo com o Orçamento para 2017, o gasto com previdência representará 55% das despesas primárias⁷.

Gráfico 3: Participação da Previdência no Total das Despesas Primárias da União em 2017 (%)



Fonte: Nery (2016b)

⁷ Despesas com previdência em todos os regimes + Benefício de Prestação Continuada-Loas.

Dessa forma, o alto – e crescente – custo fiscal dessa despesa compromete muito a percepção de solvência da dívida brasileira. No limite, os agentes sabem que, se nada for feito, a tendência é que o Tesouro emita mais dívida para cobrir o déficit. Como as despesas obrigatórias ocupam uma parcela ainda relevante do Orçamento, sobra pouco espaço para o corte de despesas discricionárias. Dado quão custoso politicamente é suspender o pagamento de benefícios dessa natureza ou cortar em outras rubricas como saúde e educação, o primeiro candidato é sempre o investimento público. No limite, o governo acaba financiando o déficit com mais endividamento a custos cada vez mais elevados, podendo eventualmente vir até a reduzir a uma fração o montante dos benefícios a que o contribuinte terá direito em um dado momento no futuro.

O mesmo raciocínio se aplica ao sucesso na implementação da PEC do teto de gastos aprovada recentemente. O dispositivo, que confere um teto para o crescimento das despesas, só poderá ser cumprido se o problema do déficit crescente da previdência for equacionado, já que é difícil imaginar que qualquer governo seja capaz de implementar cortes drásticos em outras despesas de forma a acomodar o gasto com a Previdência. O mais razoável é imaginar que se abandone a regra e, com ela, a tentativa de colocar as contas públicas em uma trajetória sustentável.

Como o perfil dos gastos com Previdência no Brasil e dado o alto nível relativo de dívida bruta em relação ao PIB, o país se encontra, pelo menos sob esses dois ângulos, muito mais próximo dos países desenvolvidos do que dos emergentes. Levando-se em conta o estágio em que estamos da transição demográfica, a perspectiva de crescimento do gasto permite a reflexão do quão distante do chamado “*limite fiscal (LF)*”⁸ a economia brasileira se encontra.

Na ausência de alterações nos parâmetros vigentes de concessão de benefícios, a dinâmica estrutural desse sistema se torna insustentável. A ideia do *LF* – nível máximo de endividamento que o governo consegue manter sem gerar um grande risco de calote ou aumento da inflação – ajuda a conjecturar cenários onde a despesa crescente com previdência pode levar ao aumento da inflação não só no futuro, mas também no presente, dado que os agentes olham para frente e, contingente às informações correntes, incorporam essas projeções nas principais variáveis da economia.

Obviamente que essa é uma situação limite onde, passado o *LF*, a política monetária apenas determina o *timing* em que a inflação ocorrerá, mas não a taxa de inflação. No entanto, as implicações são importantes para ressaltar a importância da reforma da Previdência.

Considerações Finais

A dificuldade de se aprovar a reforma da previdência se deve a uma característica comum a boa parte das reformas estruturais: as perdas são concentradas em um grupo, em geral, com grande poder político, e os benefícios são difusos e, em geral, diluídos ao longo do tempo. No caso específico da Previdência, há o agravante que os custos decorrentes de um sistema desequilibrado serão em grande maioria suportados pelos que ainda não têm idade para votar e/ou que ainda não nasceram.

Não é difícil conciliar a trajetória perversa do sistema previdenciário brasileiro a muitos dos desequilíbrios macroeconômicos que o país convive, como a alta taxa de juros real, desequilíbrio das contas públicas, baixas taxas de investimento e de crescimento econômico, dentre tantos outros. Não há saída sem a Reforma da Previdência.

⁸ Leeper (2013).

Referências

Caetano, M., Rangel, L., Pereira, E., Ansiliero, G., Paiva, L. e Rogério Costanzi. *“O Fim do Fator Previdenciário e a Introdução da Idade Mínima: Questões para a Previdência Social no Brasil”*, Ipea, texto para discussão 2230, setembro/2016.

Davig, T., Leeper, E. e Todd Walker. *““Unfunded liabilities” and uncertain fiscal financing”*, Journal of Monetary Policy, 57, 2010.

Giambiagi, Fabio. *“A Previdência Superavitária”*, Valor Econômico, 11/01/2017.

Karpowicz, I. e Carlos Mulas-Granados. *“Fiscal Challenges of an Aging Population in Brazil”* em Brazil – Selected Issues, IMF Country Report No. 16/349, novembro/2016.

Eric Leeper. *“Fiscal Limits and Monetary Policy”*, NBER working paper No. 18877, março/2013.

Pedro Nery. *“Idade Mínima: Perguntas e Respostas”*, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, texto para discussão 190, março/2016a.

Pedro Nery. *“Reforma da Previdência: Uma Introdução em Perguntas e Respostas”*, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa, texto para discussão 219, dezembro/2016b.

Paulo Tafner. *“Previdência social no Brasil: desajustes, dilemas e propostas”*, Seminário Desafios da Previdência, Insper, dezembro/2015.

(*) Patricia Stefani é Mestre em Economia pela Universitat Pompeu Fabra e em Estatística pela Columbia University. Contato: patricia.stefani@gmail.com



3. A Concorrência e a Sobrevivência das Empresas

(*) Paulo Hirai

A vida das empresas seria fácil, eventualmente monótona, se não houvesse concorrência.

Enquanto uma pessoa ou um grupo se organiza para atender a um nicho de mercado, buscando a satisfação das pessoas desse mercado (e buscando a própria satisfação), várias outras também assim pensam e agem, gerando a concorrência. Isso dá aos consumidores condições de comparar produtos alternativos e escolher aqueles que mais lhes convém, sinalizando às empresas as suas preferências.

A vida das empresas seria fácil, eventualmente monótona, se não houvesse concorrência.

A concorrência é um fato da vida. Desde a sua concepção, o homem está sujeito à concorrência. A natureza criou formas de continuamente aperfeiçoar as espécies.

Gerar milhões de unidades vivas para aproveitar somente um (como ocorre no ato da concepção) pode parecer um grande desperdício. Mas assim é a natureza. Somente os mais adaptados sobrevivem, sendo necessário se ter muitas opções para que poucos entre tantos, com características peculiares mais adequadas ao ambiente do momento, assegure a sobrevivência e continuidade da própria espécie.

O ambiente econômico exige que as empresas sejam cada vez melhores para assegurar sua sobrevivência. Qualquer que seja o produto ou serviço da empresa, se não houver restrições artificiais, haverá outras empresas oferecendo opções semelhantes.

Empresas e pessoas não se relacionam com exclusividade como os casais (pelo menos a maioria destes). Uma empresa pode receber a preferência de algumas pessoas, mas outras, por razões próprias, preferirão os produtos de outra empresa.

As combinações dos relacionamentos entre empresas e clientes se constituem em um processo complexo, algo parecido como a busca de um parceiro do outro sexo e onde a fidelidade não é uma virtude. A quantidade de preferências e o tipo das mesmas definem a sobrevivência das empresas.

Lucro é a retribuição da sociedade por um produto ou serviço a ela oferecido, e este será tanto maior quanto maior for a apreciação da sociedade. Contudo, quando existe alternativa de escolha, a sociedade exercerá seu direito de preferência privilegiando uma empresa em detrimento de outra. A empresa preterida procurará agir para voltar a merecer a preferência das pessoas, alterando as características dos seus produtos ou reduzindo o seu preço.

Lucro é a retribuição da sociedade por um produto ou serviço a ela oferecido

O consumidor é sempre o juiz. Se a empresa produzir caviar para um grupo de pessoas que quer feijão, por melhores que sejam as intenções da empresa, por melhor que seja o produto (na concepção da empresa), ela não irá sobreviver. É claro que as pessoas são influenciáveis, até enganáveis, e o seu comportamento é, em grande parte, fruto da propaganda, dos valores, e de tudo que as rodeia.

Entre produtos semelhantes, as pessoas escolherão aquele que representar um menor sacrifício na sua aquisição. Assim tenderão a adquirir o produto de menor preço e de maior disponibilidade.

Essa situação de uma empresa com preço mais baixo pode levar outros concorrentes a também reduzirem seus preços de forma tal que, com o tempo, as margens se estreitem a um ponto em que nenhuma empresa tenha lucro naquele tipo de negócio ou produto. Isso não quer dizer que a sociedade não aprecie aqueles produtos; quer dizer que nenhum concorrente consegue uma diferenciação positiva para merecer melhor preço, ou que nenhum concorrente consegue menor custo tal que aos níveis de preço vigentes permita ainda um bom lucro.

Esse mecanismo de levar as empresas a lucros decrescentes à medida que o mercado matura é a forma da sociedade forçar as empresas a buscar continuamente inovações e diferenciações para melhor atender às pessoas.

Muitas empresas, ao se defrontarem com a maturação de seus mercados, com a conseqüente redução de sua rentabilidade, saem de seus limites territoriais para buscar novos mercados que propiciem crescimento e maiores lucros. Esse comportamento é bastante lógico, pois de fato a rentabilidade geral da empresa pode aumentar ao se levar seus produtos e serviços para satisfazer novas pessoas. Contudo, na medida que os mercados amadurecem, as empresas devem buscar, agressivamente, inovações para superar a maturidade do mercado, do contrário serão vítimas dos novos concorrentes que surgirão com propostas inovadoras para esse mercado.

Os bons produtos e processos de uma empresa são também o resultado do ambiente que cerca a empresa, dos produtos dos concorrentes, das máquinas disponíveis no mercado, da educação e conhecimento das pessoas, etc. Por outro lado, as boas ideias da empresa inspirarão outras empresas a melhorar seus produtos e processos.

Nos tempos atuais, com grande proximidade das pessoas e com meios de comunicação muito eficientes, a interação entre as pessoas e empresas é enorme e a evolução é rápida. Entender o processo da evolução, acompanhá-lo e liderá-lo é fundamental para a sorte da empresa.

A vida das empresas e do mercado é dinâmica. Ficar parado significa a morte ou o desaparecimento.

() Paulo Hirai* é presidente da Associação Hida - AOTS do Brasil.



4. Alumínio na Amazônia, um empreendimento ousado

() Akihiro Ikeda*

1. Antecedentes

Em agosto de 1973 uma delegação japonesa de produtores de alumínio visitou o Brasil interessada especialmente na mina de bauxita situada nas proximidades do Rio Trombetas. O objetivo da missão era fazer uma sondagem sobre uma possível associação entre o Brasil e o Japão para a produção do metal. Em novembro do mesmo ano produtores japoneses, representados pela Light Metal Smelters Association (LMSA), e a Companhia Vale do Rio Doce (VALE), com a presença do ministro de Minas e Energia Antônio Dias Leite, assinaram um memorando para estudar a viabilidade de implantar uma usina de alumínio na Região Amazônica. Nesse mesmo ano a poderosa Federação das Empresas Japonesas (KEIDANREN) e a LMSA constituíram o “Comitê para o Desenvolvimento de Projetos na Amazônia”. Nessa época já se evidenciava que o cartel de petróleo começava a operar com sucesso elevando substancialmente o seu preço. A consequência de um petróleo mais caro era que se tornava impossível manter a produção de alumínio no Japão. As conversações se sucederam e em setembro de 1974 foi celebrada uma declaração conjunta do presidente Ernesto Geisel e do primeiro - ministro Kakuei Tanaka de apoio dos governos para o desenvolvimento de indústria de alumina e de alumínio na Amazônia. O empreendimento recebeu o status de “National Project”, uma consideração especial concedida no passado aos grandes projetos entre os dois países. Em setembro de 1976 o presidente Geisel e o primeiro - ministro Miki ratificaram em comunicado conjunto o integral apoio.

Uma série de eventos registrou o avanço das negociações: (i) fundação em janeiro de 1977 da Nippon Amazon Aluminium Company (NAAC), em Tóquio, tendo como acionistas a Overseas Economic Cooperation Fund, OECF (uma agência do governo) com 40% do capital social e mais 32 empresas privadas lideradas pela Mitsui Aluminium e Nippon Light Metal; (ii) assinatura dos acordos básicos de associação em junho de 1978 entre a VALE e a NAAC para a produção de 800 mil toneladas/ano de alumina e de 320 mil toneladas/ano de alumínio primário; e (iii) transformação em setembro de 1978 das empresas Albras Ltda e Alunorte Ltda em sociedades anônimas, a VALE com participação de 51% na Alumínio do Brasil S.A.(ALBRAS) e 60% na Alumina do Norte do Brasil S.A. (ALUNORTE), e a NAAC. Completando o restante do capital social.

2. Localização do projeto, acidente com o helicóptero do ministro e implantação das fábricas

Shigeaki Ueki, ministro de Minas e Energia do Brasil, mostrou grande entusiasmo pelo projeto desde o seu início e trabalhou incansavelmente para a sua realização. Entendeu a sua importância estratégica para o país e o seu significado para a região. Na época seria o maior complexo integrado de alumina e alumínio do mundo e tornaria o Brasil um exportador crescente do metal. As fábricas seriam localizadas a poucos metros do barranco de Ponta Grossa em Vila do Conde, Município de Barcarena, Estado do Pará. O mapa abaixo indicava o local que, embora próximo de Belém, não tinha acesso por terra.

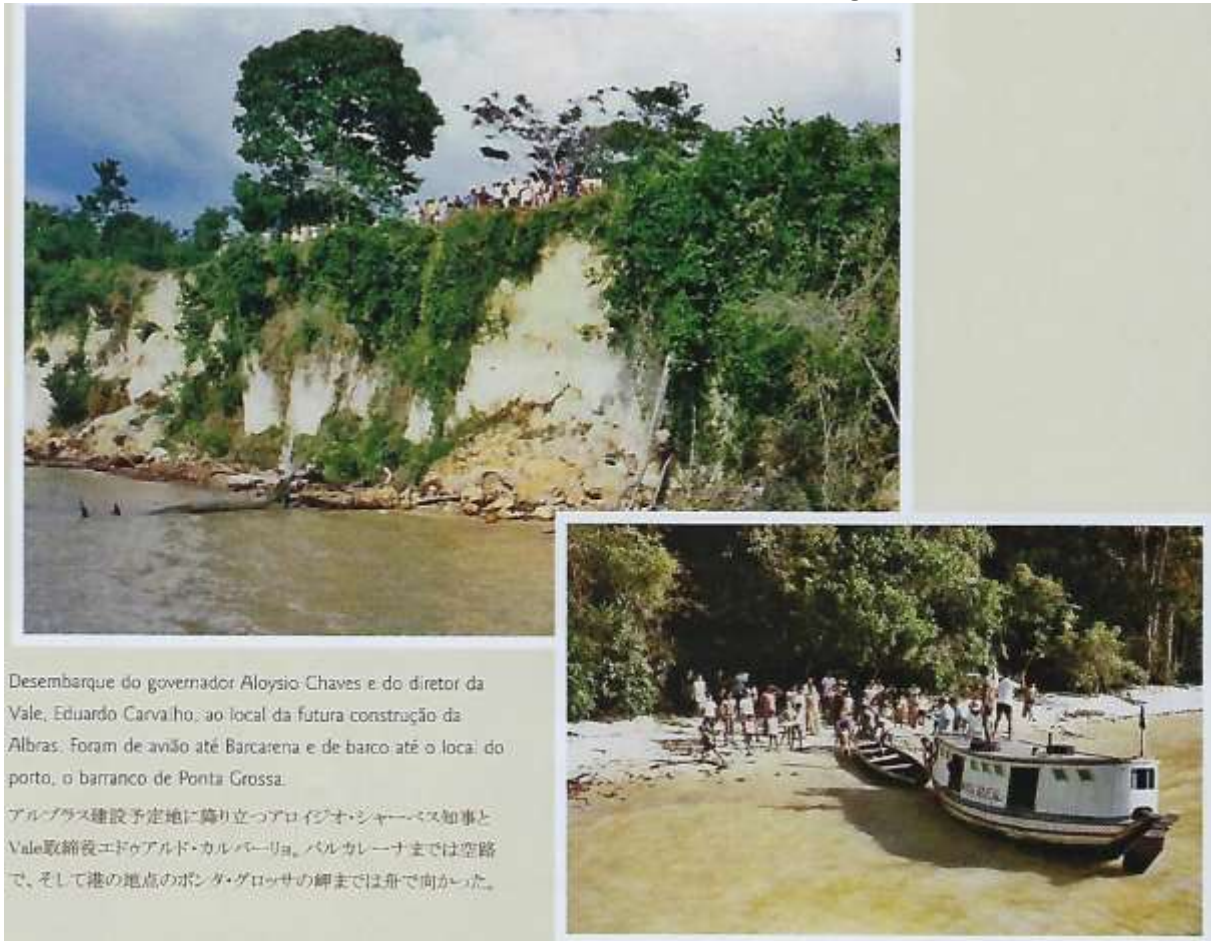
O majestoso rio Guamá era o principal obstáculo. Somente em 1998 foi inaugurada a ponte sobre o Guamá tornando possível a ligação rodoviária entre Belém e o município de Barcarena. A bauxita (minério de alumínio) extraída, no início, pela Mineração Rio do Norte (MRN), viria por ferrovia da mina até o porto às margens do rio Trombetas numa distância de 30 quilômetros, e depois seguiria via fluvial para o local do projeto. Posteriormente seria também abastecida pela bauxita de Paragominas. A energia elétrica seria fornecida pela Usina de Tucuruí que assim aproveitaria parcela do seu excedente, providência necessária para viabilizar a sua construção. Era uma combinação perfeita. Uma tonelada de bauxita produz 500 quilos de alumina, através de um processo de transformação química, que por sua vez produz 250 quilos de alumínio primário por redução eletrolítica.

(1) As fotografias e as informações foram extraídas das importantes obras de Romeu do Nascimento Teixeira “A História da Albras”, 2008, e de Victório Siqueira “Alunorte Uma História de Sucesso”, 2010. Meus agradecimentos aos autores. Muito grato ao senhor Takeshi Maeda pelas valiosas sugestões.

Foto 1: Local das fábricas, origem da bauxita (MRN) e da energia, a Hidrelétrica de Tucuruí



Foto 2: Governador do Pará visita o barranco de Ponta Grossa na margem do rio Pará, 1975



Desembarque do governador Aloysio Chaves e do diretor da Vale, Eduardo Carvalho, ao local da futura construção da Albras. Foram de avião até Barcarena e de barco até o local do porto, o barranco de Ponta Grossa.

アルブラス建設予定地に降り立つアロイジオ・シャージャ知事とVale取締役エドゥアルド・カルバリーヨ。バルカレーナまでは空路で、そして港の地点のボンダ・グロッサの岬までは舟で向かった。

Num domingo, 9 de novembro de 1975, o ministro Ueki partiu com o seu staff do Aeroporto de Val de Cans, em Belém, num helicóptero da Força Aérea para conhecer a área reservada para a construção das indústrias. Próximo ao local o helicóptero sofreu uma pane e caiu de uma altura de 50 metros não tendo maiores consequências graças à habilidade do piloto. Os passageiros e os tripulantes não tiveram ferimentos, somente o aparelho teve perda total.

Foto 3: Queda do helicóptero com o ministro Ueki



A implantação das fábricas foi também bastante lenta por envolver, além das burocracias governamentais e posições divergentes dos sócios na decisão de inúmeros detalhes, o temido “risco amazônico”: infraestrutura inexistente, escassez de pessoal qualificado, desconhecimento da região, enormes distancias dos centros de suprimento de materiais, custos com a construção de residências para os funcionários etc. Ao final acabou vencendo a tecnologia, a engenharia e a persistência. A fábrica de alumina sofreu um adiamento em virtude de condições desfavoráveis no mercado mundial dessa matéria prima, e a sua inauguração se daria somente em 1995. A de alumínio foi inaugurada em 1985 com a produção efetiva suplantando a capacidade nominal. As fotos ilustram o porto, o local de embarque da bauxita no rio Trombetas, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, as fábricas de alumina e de alumínio e a ponte sobre o rio Guamá.

A ALBRAS continua a produzir à plena carga, contrastando com algumas unidades de alumínio no país que foram desativadas nos últimos anos. Sua capacidade de produção foi elevada para 450 mil toneladas/ano. A ALUNORTE vem ampliando a sua escala: produz 6 milhões de toneladas/ano e é considerada a maior refinaria mundial de alumina. Ao longo desses anos as alterações na conjuntura mundial da alumina e do alumínio motivaram mudanças dos sócios e da composição acionária. Na ALBRAS a participação japonesa continua sem alteração, mas na ALUNORTE ela se reduziu substancialmente. A implantação dessas indústrias foi certamente um feito bastante ousado e de significativa repercussão regional. Trata-se do maior conjunto industrial da Amazônia. Um marco da cooperação entre Brasil e Japão.

Foto 4: Vista aérea do porto, fábrica de alumínio à direita no início da operação e de alumina à esquerda em construção, temporariamente suspensa



Foto 5: Embarque de bauxita da Mineração Rio do Norte, rio Trombetas



Foto 6: Usina Hidrelétrica de Tucuruí



Foto 7: Fábrica de alumina da ALUNORTE, incrustada na floresta



Foto 8: Alunorte em pleno funcionamento



Foto 9: Fábrica de alumínio da ALBRAS



Foto 10: Entrada da fábrica da ALBRAS. Os monumentos de pedra representam o Brasil e o Japão



Foto 11: Ponte sobre o rio Guamá, inaugurada em 1998, permitindo a ligação rodoviária entre Belém e Barcarena

A majestosa ponte sobre o rio Guamá, inaugurada no final de 1998, é a principal obra da ligação entre Belém e o porto de Vila do Conde. Durante a implantação da Albras ninguém acreditava que o governo completaria este importante empreendimento tão cedo.

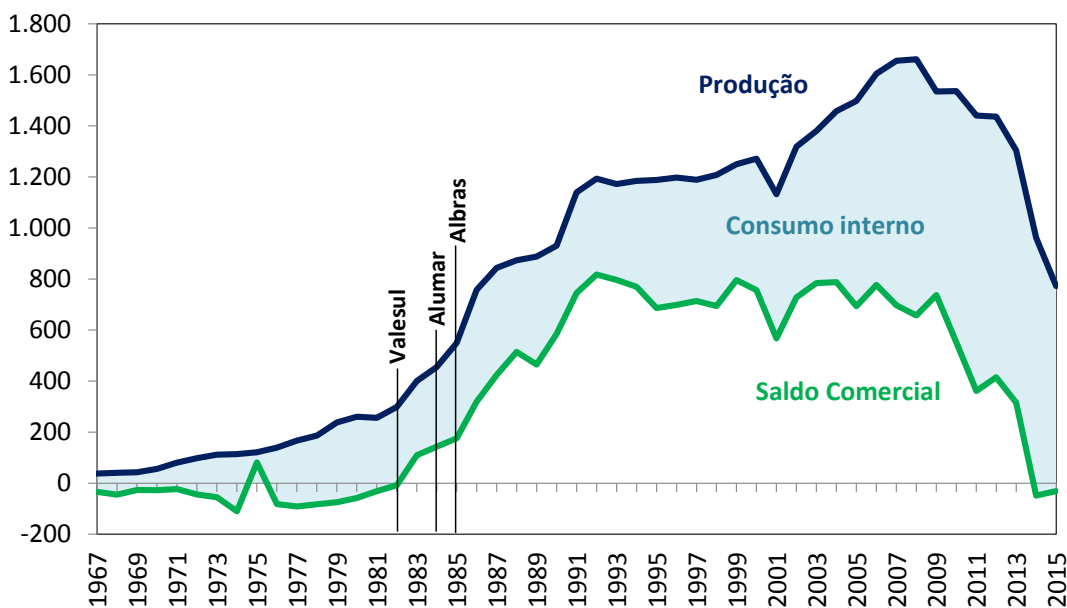
1998年末に開通した、グアマ河に架かる壮大な橋は、ベレンとヴィラ・ド・コンデ間を連結する主要な工事。アルブラス建設当時、政府がこれほど早期に、この重要な事業を完遂するとは、誰も信じてはいなかった。



3. Evolução do alumínio no Brasil

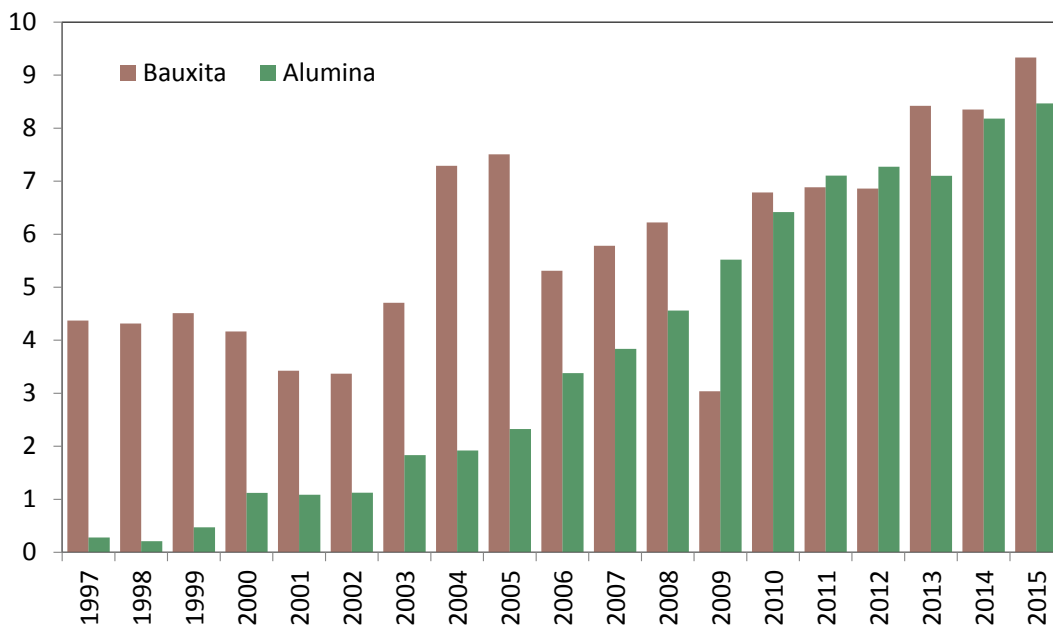
Até o início da década de 1980 o país era importador de alumínio primário. Com as seguidas inaugurações da Valesul, Billiton, Albras e Alumar (gráfico 1) iniciou-se uma fase de grande expansão da produção e da exportação. O sucesso, ou o fracasso, da economia do alumínio depende basicamente de três fatores: preço internacional, custo de energia elétrica e taxa real de câmbio. O preço internacional tem às vezes flutuações fortes, como acontece com a maioria das “commodities”, dependendo das condições de oferta e demanda. Esse é um risco de mercado com que os produtores estão dispostos a arcar. O preço de energia é fator fundamental na transformação da alumina para o alumínio porque a sua participação no custo total de produção é elevadíssima. A taxa real de câmbio é outro elemento que define a competitividade da produção nacional. No Brasil, nos últimos anos, houve, infelizmente, elevações substanciais dos preços de energia elétrica (atualmente um dos mais caros do Mundo) e simultaneamente valorização excessiva do Real em relação às demais moedas. A consequência dessa combinação perversa foi a queda da produção do metal passando o país de exportador a novamente importador de alumínio primário. A situação dos manufaturados de alumínio, cuja competição internacional é mais acirrada, será mais crítica sem um suprimento local do metal. Assim, o Brasil terá que se contentar em exportar mais bauxita e alumina (gráfico 2).

**Gráfico 1: Produção de alumínio primário e saldo comercial, inclusive sucata
1000 toneladas**



Fonte: ABAL; Secex

**Gráfico 2: Brasil - Exportação de Bauxita e de Alumina
Milhões de Toneladas**



Fonte: MDIC/Secex

(*) Akihiro Ikeda - Foi funcionário do Banco América do Sul; economista da Comissão Interestadual da Bacia Paraná Uruguai; Secretário Executivo do Conselho de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda; Chefe da Coordenadoria Econômica do Ministro da Agricultura; Secretário Especial de Assuntos Econômicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República; Presidente da Diretoria Executiva do Hospital Santa Cruz; Presidente do Conselho Deliberativo do Hospital Santa Cruz; e Professor Assistente de Estatística Econômica e Econometria da FEA/USP.



5. O Termômetro Polonês

(*) *Rejane de Fátima Araújo*

A súbita e massiva chegada de refugiados à Europa tensionou o propósito de integração política e econômica no continente e, de maneira mais ampla, continua testando valores caros ao pensamento ocidental no que diz respeito aos direitos humanos, pautados pelos ideais de igualdade, liberdade e fraternidade.

Não é preciso dizer que os atentados perpetrados em 2015 na França foram icônicos. De outra parte, a Alemanha, alçada ao posto de novo Eldorado para maior parte dos migrantes, viu-se obrigada a lidar de maneira bastante concreta com seus fantasmas. Foi a primeira a estender a mão de modo mais efetivo aos refugiados, no que se assemelha a uma espécie de redenção histórica pós-nazista. Revezes às boas intenções, porém, abundam: a lamentável violência contras as mulheres de Colônia, durante o *Réveillon* de 2015, escancarou a complexidade de todo o processo, assustando os alemães e alimentando posições xenófobas, tanto na Alemanha como em outras partes.

Dentro deste caos maior, gostaria de chamar a atenção para um país alvo de menos holofotes: a Polônia. É importante observar que ao longo do século XX o país foi palco onde forças, até então difusas, foram catalisadas e expostas em alta frequência. Lá, o horror nazista escancarou todos os seus dentes, em campos de concentração. Foi país devastado na Segunda Guerra e, depois, tornou-se satélite soviético. Entretanto, o comunismo despótico e ateu seria continuamente desafiado tanto por movimentos civis como pelo permanente substrato católico dos poloneses. O discurso de certo papa “pop” somaria forças ao sindicalismo (do então?) independente de Lech Wałęsa, líder do movimento Solidariedade. Em suas peculiaridades, a Polônia, paradoxalmente, parece consolidar tendências.

É na Polônia que se prenunciou o colapso do comunismo na Europa Oriental: durante as Revoluções de 1989, o governo comunista polonês foi derrubado e uma nova constituição foi elaborada, estabelecendo o país como uma democracia. Isso posto, o presente texto argumenta que a Polônia pode ser tomada como termômetro das tensões que vem enfrentando o projeto de coesão democrática europeu.

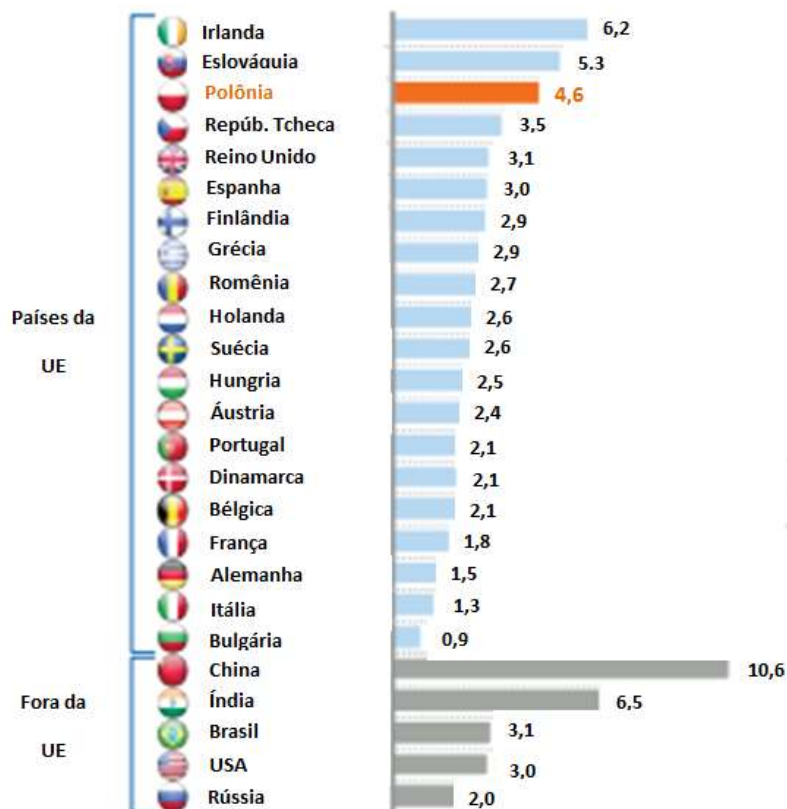
Passados mais de 25 anos do colapso comunista, a Polônia segue peculiar. Relatório da McKinsey&Company publicado em 2015⁹ se reportava ao país de 39,7 milhões de habitantes (2014) como “novo motor” do crescimento europeu. Não por acaso: neste quarto de século, os poloneses experimentaram transformações econômicas e políticas significativas, afastando-se de décadas de controle estatal sobre a economia, privatizando algumas indústrias e fomentando a competição de mercado – um tratamento de choque liberal.

A economia polonesa dobrou de tamanho no período considerado, tomando-se o PIB real. Atingiu US\$ 544,9 milhões, correntes, em 2014. O PIB per capita (PPP), alcançou 60% da média do PIB per capita dos países da Europa Ocidental (EU-15¹⁰), quando antes atingia apenas 32%. Entre 1991 e 2008 o país cresceu em média 4,6% ao ano (gráfico 1). E mais: foi o único país da União Europeia (na qual ingressou em 2004) a não sofrer recessão durante a crise de 2009; entre 2008 e 2013 alcançou crescimento médio de 2,7% a.a., bem acima de outros países do bloco (gráfico 2). Em 2014 e 2015 cresceu, respectivamente, 3,3% e 3,6%. Para 2016, projeta-se 3,1%.

⁹ Poland 2025: Europe’s new growth engine, Janeiro de 2015.

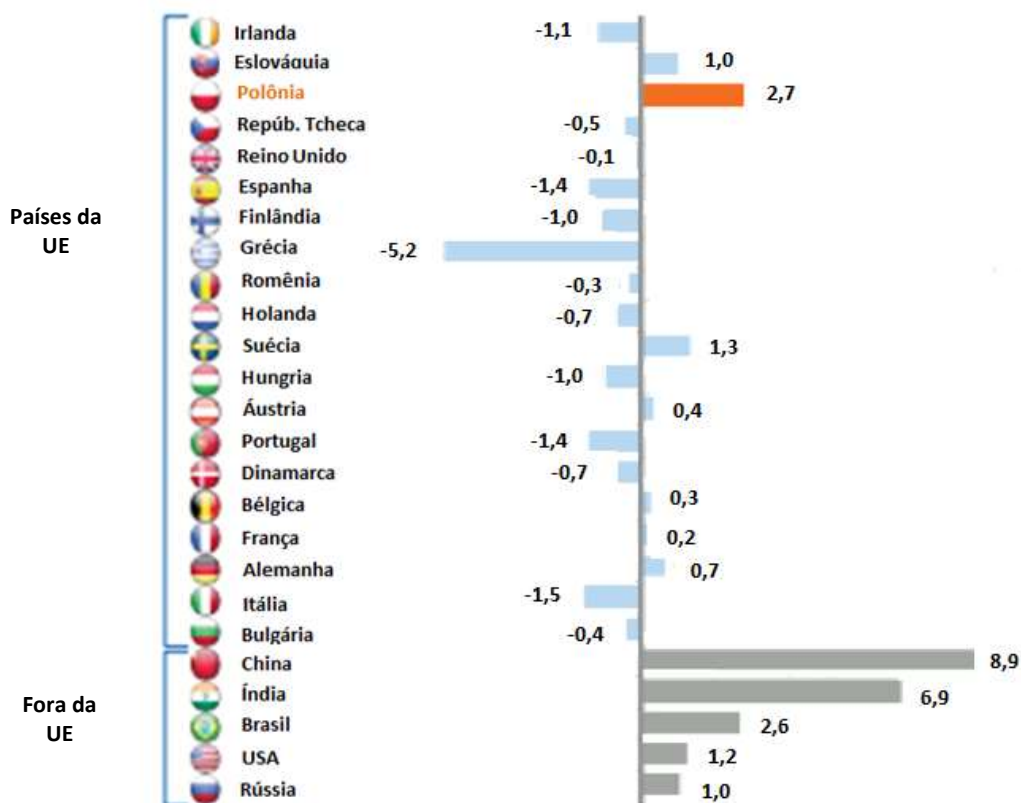
¹⁰EU-15: Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia, e Reino Unido. São os países que constituíram a União Europeia entre 1995 e a expansão do bloco em 2004.

Gráfico 1: PIB per capita: taxa de crescimento anual entre 1991 e 2008



Fonte: McKinsey&Company, FMI

Gráfico 2: PIB per capita: taxa de crescimento anual entre 2008-13

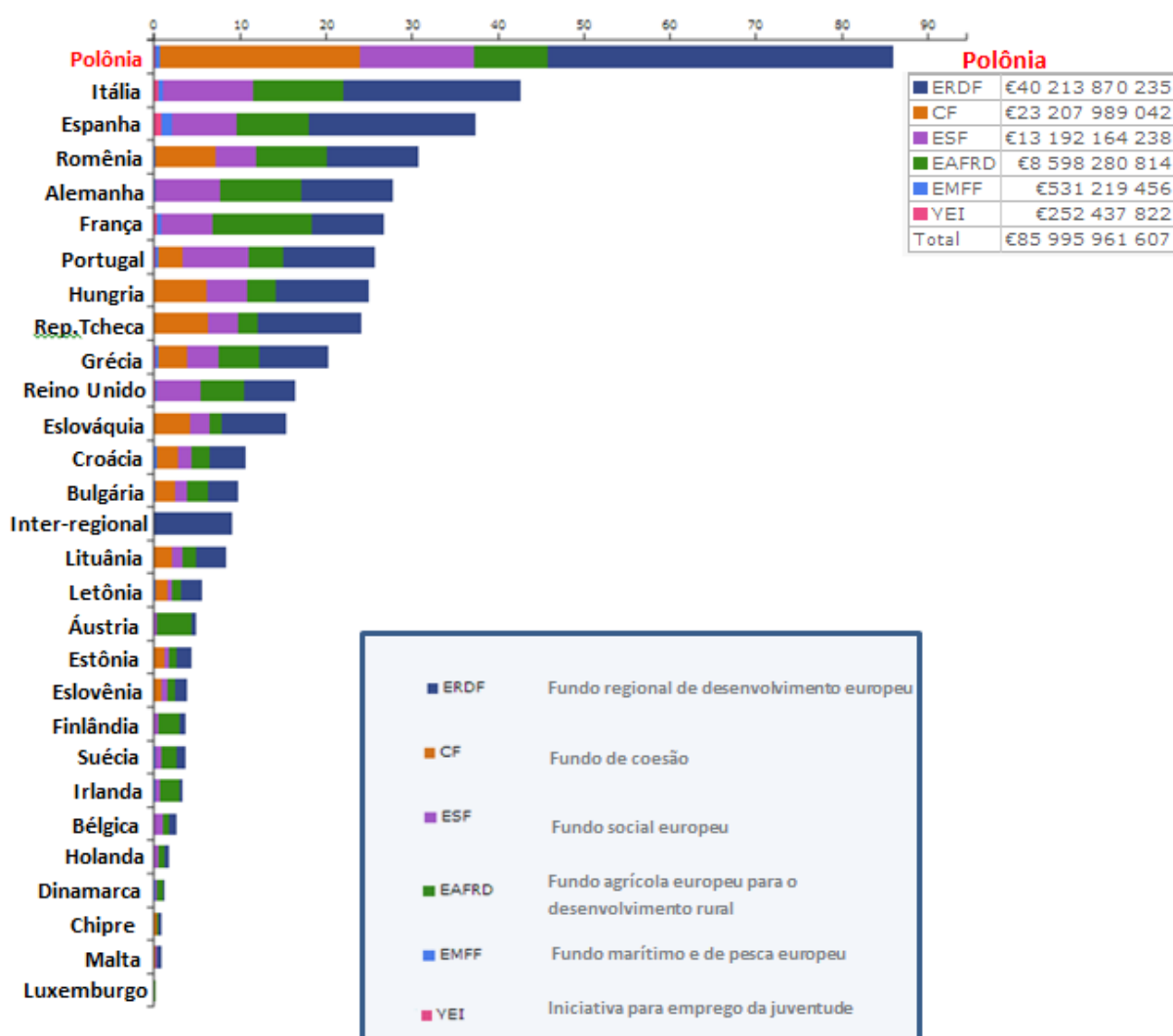


Fonte: McKinsey&Company, FMI

O período de crescimento contou com vantagens comparativas importantes no país: uma força de trabalho com bom nível educacional e relativamente barata para os padrões de custo europeus, proximidade geográfica estratégica (para o bem e para o mal) da Europa Ocidental, Rússia, Ucrânia e Oriente Médio, grande demanda interna, situação macroeconômica estável e um ambiente de negócios até então favorável.

A Polônia recebeu grande volume de investimento direto estrangeiro e um gigantesco aporte financeiro de fundos da União Europeia. E, ao menos por enquanto, o orçamento ainda sugere grande aporte: no site oficial do ESIF¹¹ (em português, Fundos Estruturais e Financeiros Europeus) consta que o orçamento para o período de 2014-2020 é de 454 bilhões de euros. À Polônia serão destinados 86 bilhões, os quais se destacam quando comparados aos recursos direcionados aos outros países beneficiados pelo fundo (gráfico 3):

Gráfico 3: Fundos da EU (2014-2020): orçamento por país, em bilhões de euros.



Fonte: ESIF

Apesar de tais indicadores, em janeiro de 2016 a agência *Standard & Poor's* rebaixou a nota de crédito polonesa A-, ostentada desde 2007, para BBB+, sugerindo a possibilidade de novos rebaixamentos. O

¹¹[HTTPS://cohesiondata.ec.europa.eu/overview](https://cohesiondata.ec.europa.eu/overview). Acessado em 09/02/2017.

motivo? Segundo a própria agência, o enfraquecimento da “independência e efetividade de instituições-chave” na Polônia.

Após oito anos no poder, o partido de centro-direita liberal PO (Plataforma Cívica, *Platforma Obywatelska*) sofreu uma esmagadora derrota e as eleições de maio de 2015 foram vencidas por Andrzej Sebastian Duda do PIS (Partido da Lei e da Justiça, *Prawo i Sprawiedliwość*), um partido de direita ultranacionalista, cujo principal mentor é Jarosław Kaczyński, um ideólogo eurocético. O PIS colecionou vitórias ao longo de 2015, tendo se tornado majoritário nas duas casas do parlamento polonês. Em novembro do mesmo ano, Beata Szydło, também do PIS, foi empossada como Primeira Ministra. Para que se tenha uma ideia dos ânimos em questão, entre as primeiras medidas implantadas por Beata, esteve a retirada da bandeira da EU das conferências do Ministério.

De modo geral, desde que assumiu o poder, o PIS encampou uma série de medidas preocupantes: expurgou alguns oficiais de alta patente, modificou quadros de empresas públicas, interferiu em serviços de rádio e TV. O caso mais conturbado, porém, foi a recusa do novo Parlamento (dominado pelo próprio PIS) e do Presidente Andrzej Duda em aceitar a posse de cinco juizes que haviam sido apontados pelo parlamento anterior (dominado pela Plataforma Cívica) para o Tribunal (ou Corte) Constitucional. Três deles haviam sido nomeados no lugar de juizes com mandatos expirados; dois para substituir nomes que expirariam logo após a eleição do novo Parlamento.

O Presidente Duda e o novo Parlamento indicaram, então, cinco nomes alternativos; o Tribunal resistiu. Posteriormente, o Tribunal reconduziu três das cinco indicações originais – aquelas em substituição de mandatos já expirados – e vetou as outras duas. O Presidente Duda, porém, não contemporizou e recusou a nomeação dos três juizes: esquivou-se alegando que a decisão da Corte infringia o número mínimo de juizes requeridos na constituição. Dias depois, o Parlamento passou uma lei que reorganizou as regras da Corte em favor do novo governo. Sem entrar em detalhes técnicos, o resultado final, segundo os analistas, é que a Corte Constitucional perdeu autonomia. Os juizes podem, agora, ser simplesmente demitidos por solicitação do Parlamento ou do Presidente. Ao longo de 2016, as tensões permaneceram e não prometem arrefecer tão cedo. Em dezembro, terminou o mandato de Andrzej Rzepliński, chefe do Tribunal e um dos últimos bastiões do antigo partido, Plataforma Cívica. Em seu lugar, assumiu Julia Anna Przyłębska, do PIS, por indicação de Andrzej Duda.

De maneira geral, a leitura é de que mais do que uma rotineira alternância democrática no poder, a vitória do PIS pode implicar em algo próximo a uma mudança de regime. Além do discurso antipático a certos postulados democráticos da UE e ao liberalismo econômico, observa-se uma plataforma de fundo moral amplo, de resgate do “orgulho polonês” e de preservação dos valores católicos mais tradicionais.

A relação da Polônia com a UE sempre foi marcada por certa ambivalência. De um lado, os cidadãos apreciam a segurança econômica e estratégica da União, bem como a livre circulação entre os países do bloco – a título de exemplo, é grande a participação dos jovens poloneses em programas de intercâmbio como o *Erasmus*¹². De outro, há uma parcela mais vulnerável (idosos, camponeses pobres) assustada diante da modernidade secularista atribuída à Europa Ocidental, que por vezes se choca com aspectos mais arraigados da identidade católica, mais tradicional, desses grupos. Evidentemente, o movimento de refugiados pela Europa (ainda que poucos tenham sido absorvidos pela Polônia) e o crescimento da população muçulmana no continente europeu reforçaram esse sentimento e foram decisivos para os resultados políticos observados.

Há de se reconhecer que o crescimento econômico trouxe prosperidade e, segundo os indicadores, retirou muitos poloneses de situações anteriores de maior pobreza. Entretanto, tal percepção entre os próprios grupos é relativa: alguns deles avançaram mais que outros. De mais a mais, é evidente que restam alguns

¹²Informações em: http://eacea.ec.europa.eu/erasmus_mundus/funding/scholarships_students_academics_en.php

problemas econômicos, como aponta o próprio estudo da McKinsey, citado anteriormente: as taxas de desemprego no país ainda são elevadas (hoje, em torno de 7%); a taxa de participação das mulheres na força de trabalho é baixa, comparada a de outros países. Esse último aspecto pode ser atribuído à deficiência de estruturas de suporte como creches e licença-maternidade, o que aponta para dificuldades mais gerais em matéria de rede de proteção social.

Talvez caiba, a propósito disto, um *mea-culpa* ao tratamento de choque liberal em curso antes da ascensão do PIS, especialmente quando os poloneses se comparam a outros vizinhos da União Europeia, cuja rede de assistência social é mais completa. O PIS assumiu o poder prometendo mais seguridade social e também proteção contra especuladores (e.g. impostos sobre bancos, sobre cadeias de supermercado). Mas as concessões têm um preço, que - além das alterações institucionais já mencionadas - inclui coisas como “vigilância” à internet, legislação que proíbe a fertilização *in vitro*, definição de casamento como união entre homem-mulher etc.¹³.

Além dos aspectos abordados, é importante salientar que a Polônia chama a atenção pela intersecção entre crescimento econômico e progressivo fechamento político, mas que não é o único país do antigo bloco comunista a flertar com posições conservadoras e antipáticas aos princípios da União Europeia, depois de ter se tornado membro da mesma. A Hungria também perturba o sono dos dirigentes em Bruxelas, seguida pela República Tcheca e pela Eslováquia. Os húngaros, aliás, fizeram tal guinada antes da Polônia e, possivelmente, de forma mais intensa¹⁴.

Segundo Sławomir Sierakowski, diretor do Centro de Estudos Avançados de Varsóvia e fundador do movimento Crítica Política (Krytyka Polityczna), existe um elemento comum a estes países que também ajuda a entender as recentes reviravoltas políticas dos mesmos. Trabalhando com os conceitos de “democracia liberal” e “não liberal”, o autor argumenta que praticamente inexiste a noção de “adversário legítimo” – aquele com que se dialoga e tenta persuadir - entre os países do extinto bloco comunista. Entende-se que um oponente, muitas vezes tomado como traidor, deve ser, simplesmente, eliminado. Ao invés de uma engrenagem política pautada pelo corte “direita/esquerda”, nestes países a democracia (não liberal) põe-se às voltas com proponentes de uma sociedade “aberta” ou “fechada”. Muito desta dinâmica reverbera o que acontece dentro da própria Rússia, que, recentemente – em especial após as questões envolvendo a Ucrânia – faz um claro esforço de reposicionamento de liderança na região, financiando, inclusive, partidos com pauta antipática à UE.

Por mais que em democracias liberais haja embates profundos entre posições de esquerda e direita, dificilmente – ainda que para alguns analistas 2016 seja um ano de inflexão - chega-se ao ponto de contestar a legitimidade política, o direito à fala, do adversário. No geral, independência jurídica, separação/vigilância mútua entre poderes e liberdade de expressão garantem que o fato de um governo mais à esquerda suceder um de direita (ou vice-versa) não implique em completa transformação das instituições de um país, nem de seu sistema político.

Mas em uma democracia não liberal, com corte fechado-aberto, os lados apenas discordam sobre quem é quem, ou seja, sempre é *o outro* que recebe a acusação de desejar uma sociedade fechada, de querer ressuscitar as práticas do extinto regime comunista. Na prática, o corte habilita aqueles que realmente defendem posturas antiliberais (“fechadas”, no entender do Ocidente) desmantelem o

¹³ STOKFISZEWSKI, IGOR. *Poland brought to heel by the national right*. **PoliticalCritique**, editorial 21 Jan. 2016. <http://politicalcritique.org/cee/poland/2016/poland-the-national-right-stokfiszewski/>

¹⁴ PAPP, ROLSNF. *Budapest is still not the capital of Poland, but Warsaw and Budapest are getting stronger together*. **PoliticalCritique**, editorial, 10 Fev. 2016.

<http://politicalcritique.org/cee/hungary/2016/budapest-is-still-not-the-capital-of-poland-but-warsaw-and-budapest-are-getting-stronger-together/>

arcabouço constitucional que permite uma rotatividade tranquila de poder. Por fim, nestes países onde o constitucionalismo liberal é fraco ou foi interrompido, o reestabelecimento da democracia costuma vir acompanhado de explosões de nacionalismo, de manifestações de “identidade”. Uma única eleição pode colocar tudo em xeque, com os lados envenenados por teorias conspiratórias.

Além de suscitar a desconfiança das agências e dos investidores, materializada na desvalorização *dozłoty* (moeda polonesa), as movimentações políticas na Polônia e em seus vizinhos, como já dito, incomodam Bruxelas. Em janeiro de 2016, a Comissão Europeia explicitou sua preocupação com as manobras políticas, clamando os mandatários poloneses para um diálogo pautado pelo compromisso com “*the rule-of-law framework*”, que sem muito prejuízo, pode ser traduzido por “o arcabouço do estado de direito”. Solicitou mais informações acerca das intervenções no Tribunal Constitucional e na mídia pública polonesa, onde as acusações de desmando seriam graves. Em abril, o Parlamento Europeu, por 513 *versus* 142 votos (30 abstenções) aprovou uma declaração de que estaria “seriamente preocupado que a paralisia efetiva da Corte Constitucional polonesa ameaçasse a democracia, os direitos humanos e o Estado de Direito”. Em junho, o vice-presidente da Comissão, Frans Timmermans, formalizou mais uma vez estas preocupações, solicitando diálogo com as autoridades polonesas.

Dentro da Polônia houve uma série de manifestações contrárias às manobras ultranacionalistas, a maior parte delas, até agora, fruto de setores civis favoráveis à União Europeia, mas sem grande articulação política. As plataformas dos potenciais partidos de oposição não são muito comensuráveis, mas a tendência é que se unam em um grande bloco anti-PIS, ou como dizem por lá, anti-Kaczyński (ideólogo do PIS). A título de conjecturas, é importante observar que embora se suspeite que as manobras políticas carreguem influência russa, a relação dos poloneses com a Rússia é mais tensa do que no caso húngaro, por exemplo. A Polônia é bastante alinhada à OTAN; a Polônia se opôs veementemente à interferência russa na Ucrânia – cuja independência é vista como condição necessária à própria independência polaca –, ao contrário da Hungria que seria o primeiro país a receber Putin após a anexação da Crimeia em 2014. Último, não menos importante: o PIS já esteve no poder entre 2005 e 2007 e, ao ser vencido em novas eleições, não obstruiu a rotatividade do poder.

Por outro lado, vale enfatizar à guisa de conclusão, que existe um movimento mais amplo de fechamento, incitado pela crise migratória, entre os países europeus. Em janeiro de 2016, o ministro David Cameron estivera justamente em Budapeste, em meio a seus esforços para revisar os termos da própria União Europeia – em junho, teríamos o melancólico desfecho do Brexit. Um dia depois do mencionado encontro, o primeiro ministro húngaro Viktor Orbán esteve com Kaczyński, o já citado presidente do PIS, talvez para combinar com a Polônia, algum tipo de alinhamento junto aos britânicos. Mais especificamente, em relação ao enfrentamento do fluxo migratório, a Polônia vem se articulando com a Hungria, a República Tcheca e a Eslováquia no que é apelidado, por alguns, de “coalizão de ódio”. Claro que não é desta forma que o grupo e seus vários proponentes se apresentam. Todos se auto rotulam “moderados” e democráticos no sentido de representar os interesses da maioria, em seus respectivos países. A Hungria, em mais de uma ocasião, anunciou que obstruirá eventuais sanções da União Europeia à Polônia, posto que tais sanções dependem de unanimidade dos países-membro.

É possível que os argumentos que embasam as ações cometidas na Polônia e seus vizinhos se tornem uma espécie de *mainstream* em meio ao caos europeu. Que não haja, porém, ilusões: sem abertura, sem um sistema de ponderação e supervisão entre poderes (*checks and balances*), a democracia resvala em mera ditadura da maioria. Não é exagero afirmar: a existência de democracias pouco funcionais no seio da União Europeia pode colocar em risco todo o projeto “civilizatório” Europeu. Os vetores ainda estão em formação, mas o próprio *Brexit* e a eleição de Donald Trump consolidaram direções: um mundo assustado e, por isso, hostil, assombrado por velhos fantasmas. Cabe, porém, a

esta altura, reconhecer que “as comissões” de Bruxelas – apesar de todas as declarações – padecem de certa letargia burocrática e pouca efetividade na ação.

(*) Rejane F. Araújo é economista e bacharel em filosofia pela USP, com mestrado em Economia pela mesma instituição. Atualmente, é assessora econômica na Ideias Consultoria Ltda e professora na Universidade Presbiteriana Mackenzie.



Comissão de Relações Empresariais

Akihiro Ikeda - Presidente

Isidoro Yamanaka – Vice Presidente

Kazuo Watanabe – Vice Presidente

Mitie Nagoshi Mantoku - Secretária

Eiki Shimabukuro

Harumi Arashiro Goya

Henrique Shiguemi Nakagaki

Paulo Hirai

Pedro Paulo Cardoso de Melo

Roberto Yoshihiro Nishio

Toshiro Iwayama

Tuyoci Ohara

Comitê de Redação: Kazuo Watanabe, Tuyoci Ohara e Mitie Nagoshi Mantoku / **Revisor:** Roberto Yoshihiro Nishio

Consultas, dúvidas e comentários, encaminhe para Mitie Nagoshi Mantoku: comissao.empresarial@bunkyo.org.br

NOTA: as opiniões emitidas nos artigos são exclusivas dos autores de textos.